



Conselho Nacional de  
Educação

## **Intervenção da Presidente do CNE na apresentação pública do Relatório Mundial de acompanhamento sobre Educação para Todos da UNESCO**

Auditório do CNE, 16-10-2012

É com muito orgulho que o Conselho Nacional de Educação organiza, em conjunto com a Comissão Nacional da UNESCO, esta iniciativa.

**A EPT constitui um dos maiores desafios colocados ao mundo no final do século XX e no início do século XXI.**

Da sua concretização depende o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento sustentável dos países e a sua democratização, designadamente através da aquisição de competências de cidadania e participação nas sociedades.

O compromisso da UNESCO para com o acompanhamento do desenvolvimento educativo tem constituído um motor desse mesmo desenvolvimento. Periodicamente os países e as regiões do mundo analisam e proporcionam à UNESCO que analise a educação que oferecem às suas populações, designadamente em matéria de acesso, equidade e qualidade. É assim possível, com este conhecimento, tornar mais claros os progressos, mas também as desigualdades entre países e no interior de cada país, quer no acesso à educação quer na qualificação das crianças, jovens e adultos, ricos e pobres.

Apesar de os objetivos da EPT contemplarem o acesso, a equidade e a qualidade, a sua própria agenda tem evoluído de uma etapa mais centrada sobre o acesso de todos à educação para uma agenda mais focalizada na qualidade, na equidade e na qualificação.

Têm sido numerosos os projetos de grande qualidade desenvolvidos para crianças, jovens e adultos motivados pelo programa da UNESCO sobre a EPT.

Em 2008, na Conferência Internacional de Educação dedicada à educação inclusiva no quadro da EPT, assistiu-se a um debate do maior interesse. A tônica foi colocada no desenvolvimento da capacidade de preparar as escolas e os sistemas educativos para lidar com a diversidade, como motor de enriquecimento das culturas. Haveria assim que proporcionar a todas crianças não só o acesso, mas também o sucesso no processo de aprendizagem, independentemente da origem cultural e social de quem aprende.

O então Diretor-Geral da UNESCO, Koichiro Matura, prefaciou o nº 145 da revista *Perspetives* dedicado à educação inclusiva. Nesse texto considera que a “educação para a inclusão exige a transformação das instituições educativas que apresentam ainda currículos altamente rígidos ou sobrecarregados, a adaptação de estratégias de ensino e aprendizagem mais dinâmicas e ativas e o reforço de programas de formação inicial e contínua de professores”.

São temas que estão no centro das preocupações do Conselho Nacional de Educação.

O panorama do desenvolvimento mundial, das suas dificuldades, a partilha e análise de soluções encontradas, os estudos que a UNESCO proporciona, designadamente no quadro da EPT, constituem uma base de grande valia para que os países possam equacionar com maior segurança os caminhos a seguir e possam estabelecer compromissos e metas de progressão.

Esta reunião tem como objetivo apresentar o relatório mundial sobre a EPT, que estará a cargo da Comissão Nacional da UNESCO. Permitam-me, porém, que vos transmita em algumas palavras quanto a declaração mundial sobre a EPT é cara ao CNE e quanto os temas e preocupações do relatório mundial são centrais nos nossos trabalhos.

O CNE é um organismo independente que produz pareceres e recomendações a pedido do Governo ou da Assembleia da República ou por iniciativa própria. Os nossos trabalhos assentam, sempre que possível, em estudos que incluem com frequência dados internacionais e que são posteriormente submetidos a um plenário em que participam membros de diferentes quadrantes políticos, profissionais e associativos.

Nos últimos três anos, os relatórios do CNE sobre o Estado da Educação têm apresentado uma panorâmica do desenvolvimento educativo.

Temos prestado aí a maior atenção às questões do acesso, da equidade, qualidade da educação e qualificação dos portugueses.

Em 2010 analisámos a evolução do acesso à educação e dos percursos escolares. Verificámos a existência de grandes progressos, designadamente na educação pré-escolar e ensino básico nas últimas quatro décadas.

A título de exemplo:

O acesso à educação pré-escolar, cuja taxa era em 1973/1974 de 8,3%, encontra-se atualmente nos 85,7%.

No tocante ao ensino básico, a taxa de escolarização era, na mesma data, no 3.º ciclo, de 17,9%, sendo hoje de 92,1%.

Infelizmente, as nossas análises revelam a existência de grandes desigualdades e exclusão educativa nos percursos educativos, verificando-se a existência de desvios etários muito elevados e desde muito cedo e desigualdades nos resultados escolares.

Nos resultados que os alunos das escolas portuguesas obtiveram nos exames, divulgados no passado fim-de-semana e pela primeira vez acompanhados de dados sobre a composição sociocultural e económica das escolas, são bem patentes as desigualdades entre escolas.

Também em matéria de qualificação dos portugueses, tema do EE 2011, verificamos a existência de um défice educativo muito elevado, nomeadamente da população adulta.

Temos defendido a necessidade do desenvolvimento de uma educação ao longo da vida que proporcione educação de segunda oportunidade e qualificação, essenciais para que os portugueses possam fazer face, com maior segurança, ao flagelo do desemprego.

Temos defendido igualmente a importância de uma educação de base sólida comum a todos os portugueses e de uma diversidade de formações profissionais de qualidade, organizadas a partir do ensino secundário.

São muitos os jovens que no momento de crise em que vivemos descreem da importância da educação como instrumento para melhor enfrentar um futuro tão incerto.

Seria muito importante que o país acreditasse cada vez mais na importância da educação, e debatesse as competências que é necessário adquirir, quer ao nível do ensino básico quer ao nível do ensino secundário - hoje escolaridade obrigatória.

Nos nossos trabalhos temos apontado para a necessidade de uma formação de base sólida para todos, que não estigmatize e separe os alunos provenientes de famílias mais carenciadas.

Precisamos que na formação de base os alunos adquiram uma cultura literária, científica e artística sólida e uma formação básica e secundária onde sejam desenvolvidas competências transversais e transferíveis, que incluam designadamente a comunicação, a resolução de problemas, a criatividade e o empreendedorismo.

A evolução vertiginosa da sociedade do conhecimento e a insegurança quanto ao futuro exigem novas respostas educativas e uma população muito mais qualificada. No relatório que hoje será apresentado são apontados caminhos para a construção de um futuro da humanidade onde haja mais equidade.

E sobretudo mais Educação para Todos.

Muito obrigada!

Ana Maria Bettencourt